

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: OLHARES SOBRE A REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO

Adriano Rodrigues de Oliveira

Professor adjunto do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, Goiânia, Goiás, Brasil. Pesquisador colaborador do GEDRA – Grupo de Estudos, Dinâmica Regional e Agropecuária
E-mail: adriano_geografia@hotmail.com

Antonio Nivaldo Hespanhol

Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Campus Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Pesquisador do GEDRA – Grupo de Estudos, Dinâmica Regional e Agropecuária.
E-mail: nivaldo@fct.unesp.br

Introdução

As associações agrícolas se constituem como importantes alternativas de organização da produção econômica e se inserem no conjunto de estratégias de reprodução social empreendidas pelos produtores rurais familiares no Brasil.

Tal formato de associativismo rural tornou-se relevante devido à exclusão social desencadeada pelo modelo hegemônico de funcionamento de cooperativas agrícolas que passou a ser direcionado por um modelo de gestão empresarial pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde e consubstanciado no crédito rural subsidiado.

As cooperativas agrícolas tradicionais especializaram-se na produção de *commodities* voltadas ao mercado externo, seguindo a lógica da modernização agrícola seletiva. Foram estas que sobressaíram à crise estrutural que assolou o Estado brasileiro na década de 1980. Os pequenos produtores diante da limitação concernente aos fatores produtivos - terra e capital - foram sendo sistematicamente excluídos do rol de cooperados que se adequavam ao projeto modernizante implantado.

Na década de 1990, o modelo de institucionalização da organização coletiva via associações agrícolas, adquiriu expressividade devido às competências definidas pela legislação que estabelecia menores implicações econômicas aos associados em caso de endividamento ou falência da entidade. Embora não seja a regra, a criação de uma associação tem sido utilizada como uma espécie de “estágio probatório”, estabelecido pelas lideranças para mensurar o nível de participação dos produtores rurais podendo evoluir para a etapa de constituição de uma cooperativa,

que ainda é avaliado como o modelo mais adequado de gestão competitiva do processo produtivo agrícola.

A questão da participação deve ser considerada como uma componente indissociável à organização associativa dos produtores rurais. Entretanto, a participação desencadeada nas associações agrícolas que têm sido estruturadas visando à integração às políticas públicas e/ou mercado se distancia profundamente de um modelo autônomo no qual todo o conjunto da sociedade tem controle da produção, gestão e usufruto das riquezas produzidas coletivamente.

Assim, buscaremos no presente trabalho, apresentar algumas reflexões acerca do papel do associativismo rural no Brasil e as suas relações com o desenvolvimento rural, tendo como base empírica da análise a região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo oeste do estado de São Paulo.

Associativismo e desenvolvimento rural: interfaces

No Brasil, a compreensão do associativismo praticado pelos pequenos produtores rurais tem menosprezado a heterogeneidade da produção familiar que abrange sujeitos sociais com formação distinta no que toca às dimensões econômicas, sociais, políticas e até mesmo culturais.

Numa análise das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, constata-se que o associativismo que vem sendo empreendido no país tem sido induzido pelo Estado. Ao invés da estruturação de uma organização gestada na base e centrada nos pressupostos da participação como garantia de autonomia ao grupo social que a engendra, tem-se justamente o inverso, na medida em que o Estado tem elaborado programas e políticas públicas que vinculam a concessão de créditos e recursos à participação em organizações coletivas como associações e cooperativas.

Tal cenário coloca as práticas associativas desenvolvidas no Brasil numa situação paradoxal, tendo em vista que o aparelho estatal atua na perspectiva de controlar as ações dos grupos sociais. Portanto, a clareza de objetivos do grupo deve ser considerada quando se analisa uma dada realidade de organização coletiva via associações. Assim quando a

[...] sociedade reavalia suas possibilidades de conquistas e começa a desempenhar função de personagem no processo de estrutura e de poder reconhece-se como ameaçada. Há por fim um confronto constante entre quem se liberta da dominação e quem quer sempre dominar. É o entendimento desses pólos que define os adversos caminhos a serem percorridos por dominados e dominadores. [...] Em síntese, é no cotidiano de cada organização que se subtrai a probabilidade de criação do espírito crítico do associado. [...]. (LISBOA, 2001, p. 214)

A capacidade crítica da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades. Via de regra, quando não são supridas as necessidades imediatas, como acesso a recursos financeiros ou melhoria da comunidade local, o grupo tende a se dispersar, aumentando a sua debilidade face ao aparelho de Estado e/ou grupos de poder que consideram a organização popular uma ameaça.

Neste âmbito o caráter indutivo sob qual o associativismo tem sido implementado pelo Estado por meio das políticas de desenvolvimento rural acaba inviabilizando a aproximação e fortalecimento de uma identidade de classe da produção familiar, intensificando a fragmentação existente entre os pequenos produtores que ao institucionalizarem associações e federações disputam entre si, os recursos públicos destinados à produção familiar nas diferentes escalas de poder público: municipal, estadual e federal.

Os gastos públicos com a agricultura familiar são inversamente proporcionais a sua expressividade numérica na geração de postos de trabalho e abastecimento do mercado interno, quando comparada à agricultura empresarial. Isto pode ser corroborado pela análise do Plano Safra 2008/2009 que teve um total de 78 bilhões de reais destinados ao financiamento de custeio da agricultura, dos quais 65 bilhões (83%) foram destinados a agricultura empresarial e apenas 13 bilhões (17%) para agricultura familiar.

A ausência de uma organização de classe no âmbito dos produtores familiares os submete a uma disputa por recursos escassos, enquanto o cerne da questão está fundamentado na iniquidade da dotação orçamentária destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA).

A superação da fragmentação existente no espaço rural brasileiro está inegavelmente associada à capacidade de construção de uma identidade coletiva autônoma da produção familiar. Para isso, a prática associativa pode vir a ser esse

elemento de coesão do grupo, o que até o presente momento não foi construído pelo formato induzido no qual a participação tem sido instigada pelo Estado.

Cabe aos produtores familiares construir novos formatos de participação que permitam a sua atuação enquanto um segmento da sociedade civil organizada que tenha a capacidade de influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os movimentos sociais desenvolveram estratégias extraordinárias de luta pela terra que têm alcançado avanços inegáveis na questão agrária.

Contudo, a *luta na terra*, tem se constituído ainda no principal desafio a ser superado, uma vez que no momento em que a terra é conquistada o movimento social perde grande parte da influência sobre esses “novos” agricultores.

Vejam como este processo tem se estruturado na região do Pontal do Paranapanema que se constitui num dos territórios privilegiados de atuação estatal em virtude da expressividade numérica da produção familiar composta tanto por produtores rurais tradicionais quanto por assentados de projetos de reforma agrária.

Aspectos do associativismo rural no Pontal do Paranapanema/SP

Neste trabalho, a análise das práticas de associativismo rural desenvolvido na região do Pontal do Paranapanema/SP está circunscrita às ações desencadeadas por duas federações de agricultores que se institucionalizaram a partir de meados dos anos 2000: a Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) e a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP). De forma geral, a FAMHESP tem congregado os *produtores familiares tradicionais*, que tiveram acesso à terra pela compra ou por herança, ao passo que a FAAFOP tem representado os interesses de *produtores familiares assentados* provenientes de projetos de reforma agrária.

No tocante ao universo da análise dos produtores *assentados* o contingente de associações é variável denotando o caráter efêmero e vinculado ao estabelecimento de convênios junto às agências governamentais. Contudo, este quadro não é muito divergente do formato pelo qual vêm sendo institucionalizadas as associações vinculadas à Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) criada em 6 de outubro de 2005,

notadamente sob influência do corpo técnico da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP).

A institucionalização da FAMHESP evidencia o intuito de estimular a participação em nível da unidade física de gerenciamento adotada – as microbacias hidrográficas - e consolidar as ações provenientes da primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), implantado no Estado São Paulo, a partir de um convênio firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O estímulo a participação do principal público alvo – os produtores rurais – nas associações institucionalizadas em nível municipal que por sua vez se vinculam a FAMHESP, denota um formato de organização associativa pautada na perspectiva integracionista para obtenção dos benefícios de uma determinada política de desenvolvimento rural. Note-se a influência do paradigma do desenvolvimento sustentável difundido mundialmente a partir dos anos 1980 por agências multilaterais como a FAO e o Banco Mundial.

A abrangência estadual da FAMHESP é facilitada pelo atrelamento a base localista pela qual a CATI estrutura-se em São Paulo em parceria com as casas de agricultura municipais. Assim, a federação contabilizava no estado, o montante de 418 associações. Deste total, aproximadamente 10% foram constituídas na região do Pontal do Paranapanema.

No que concerne às ações da FAAFOP, em 2007 havia 42 associações em funcionamento. Um dos aspectos que se destaca na atuação desta federação é a sua atuação na intermediação dos interesses dos assentados junto às instâncias governamentais como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), prefeituras, dentre outros. Ademais, busca articular ações vinculadas à questão fundiária regional, pelo fato de ter sido organizada por lideranças regionais dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As possibilidades de expansão da atuação da federação têm sido ampliadas, por meio do convênio firmado com a Petrobrás, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para a implantação de um Projeto de Biodiesel, a ser extraído do pinhão-mansão, (*jatropha curcas*), uma oleaginosa que tem se

apresentado como promissora para a produção do biodiesel em virtude de sua fácil adaptação em solos pouco férteis e regiões com baixo índice pluviométrico.

Deste modo, constata-se que ambas as federações têm suas ações conduzidas pela possibilidade obtenção de recurso provenientes de políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas nas escalas nacional, estadual e municipal. As próprias associações de produtores à elas vinculadas têm se institucionalizado no formato *top-down*, ou seja, ao invés de serem formadas por grupos de agricultores espontaneamente para depois se vincularem às federações, se formam pela indução destas.

A região do Pontal do Paranapanema como foco de ação da abordagem territorial das políticas de desenvolvimento rural

Os trinta e dois municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema correspondem a uma área de 18.397,2 km² o que representa 7,4% da área total do estado de São Paulo. Esta região foi caracterizada como *Território Rural* em 2004 e *Território da Cidadania* em 2008. Os *Territórios Rurais* e os *Territórios da Cidadania* fazem parte do conjunto de medidas de planejamento espacial das políticas públicas de desenvolvimento rural, desencadeadas pelo governo Lula a partir da abordagem territorial adotada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial em 2003.

Na região do Pontal do Paranapanema, conforme as informações do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o público alvo das ações dos *Territórios Rurais* e da *Cidadania* é composto por 12.349 agricultores familiares, 5.578 famílias assentadas e 1.181 pescadores. (SDT/MDA 2009).

Por sua vez, os dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) demonstram que dentre os 32 municípios da região do Pontal do Paranapanema, 16 possuem pelo menos um assentamento proveniente de projetos de reforma agrária estadual ou federal, conforme podemos observar na Tabela 01.

Tabela 01: Assentamentos rurais, número de famílias e área total na região do Pontal do Paranapanema SP em 2008

Municípios	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Caiuá	8	7.3	445	7.3	10.732	7.7
Euclides da Cunha Paulista	8	7.3	471	7.7	9.615	6.9
Iepê	1	0.9	50	0.8	68	0.0
João Ramalho	1	0.9	40	0.7	54	0.0
Marabá Paulista	6	5.5	260	4.3	6.479	4.6
Martinópolis	2	1.8	124	2.0	2.744	2.0
Mirante do Paranapanema	33	30.3	1.625	26.6	34.984	24.9
Piquerobi	3	2.8	84	1.4	2.594	1.8
Presidente Bernardes	8	7.3	266	4.4	7.189	5.1
Presidente Epitácio	4	3.7	342	5.6	7.533	5.4
Presidente Venceslau	5	4.6	317	5.2	7.034	5.0
Rancharia	2	1.8	178	2.9	4.264	3.0
Ribeirão dos Índios	1	0.9	40	0.7	852	0.6
Rosana	5	4.6	815	13.3	19.432	13.9
Sandovalina	2	1.8	198	3.2	4.017	2.9
Teodoro Sampaio	20	18.3	856	14.0	22.681	16.2
Total	109	100	6.111	100	140.272	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. Disponível em:
www.fct.unesp.br/nera
Acesso em 01/02/2010

A região do Pontal do Paranapanema se constitui numa área reconhecida pelo governo federal como *Território Rural e Territórios da Cidadania*, tanto pela capacidade de articulação dos movimentos sociais e, por conseguinte por representar a maior concentração de assentamentos rurais no estado de São Paulo.

No estado de São Paulo foram constituídos cinco *Territórios Rurais* compostos pelas regiões do Vale do Ribeira, Andradina, Noroeste Paulista, Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. Com exceção da região do Noroeste Paulista, as demais regiões estão entre as que possuem os menores patamares de renda da população de acordo com as informações do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS/SEADE, 2006).

Considerando essas informações constatamos que de fato a abordagem territorial do governo federal tem considerando alguns pressupostos relevantes apontados por Ortega (2008) como, por exemplo: i) a pobreza da população dos

municípios considerados rurais; ii) a abordagem espacial para além do setorial; iii) a inserção competitiva no mercado; iv) a introdução de inovações tecnológicas e o v) o estímulo a participação nos colegiados territoriais para além do enfoque municipalista.

Contudo, consideramos que nesta abordagem arquitetada por agências governamentais, em grande parte pautada na gestão de uma “concertação social” com potencial de gerar um “pacto territorial” para o desenvolvimento menospreza elementos essenciais das relações sociais. Isso porque esse pacto resultaria de uma suposta concertação que negligencia o conflito e os interesses de classe, quando vislumbra a possibilidade de uma aliança interclasses.

Trataremos a seguir dos diferentes interesses que estão em jogo na região do Pontal do Paranapanema a partir da disputa territorial existente entre grupos sociais que sob a perspectiva de classe são constitutivos da mesma realidade social.

As políticas públicas e a disputa territorial no Pontal do Paranapanema

Com a ascensão do governo de Lula e a criação dos programas *Territórios Rurais* e *Territórios da Cidadania* inegavelmente a região do Pontal do Paranapanema passa a ser foco de uma série de políticas governamentais provenientes de várias instâncias ministeriais pautadas na abordagem territorial do desenvolvimento rural, que como vimos, tem se consubstanciado na busca da maior articulação interinstitucional.

Paralelamente instaura-se um novo formato de ação governamental no que tange ao relacionamento com os movimentos sociais e suas lideranças, contrariamente ao que havia se desencadeado no governo anterior em que se procurou judicializar a questão agrária¹. Assim, a estratégia adotada pelo governo foi aumentar o volume de recursos direcionado ao segmento social representado pela produção familiar, a exemplo do PRONAF que na safra 2002/03 tinha um orçamento em torno de 2,3 bilhões de reais passando a 10,8 bilhões na safra 2008/09 o que representa um acréscimo de 354% do montante disponibilizado para esta linha de crédito rural.

Além do aumento do montante de recursos destinados ao PRONAF, o programa foi também reestruturado com vistas à superação do viés setorial, sendo

¹ Sobre esta questão ver FERNANDES (1997b).

que atualmente está pautado em treze linhas de crédito: 1) Custeio; 2) Investimento; 3) Pronaf Agroindústria; 4) Pronaf Agroecologia; 5) Pronaf Eco; 6) Pronaf Floresta; 7) Pronaf Semi-Árido; 8) Pronaf Mulher; 9) Pronaf Jovem; 10) Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; 11) Pronaf Cota-Parte; 12) Microcrédito Rural e 13) Pronaf Mais Alimentos. Note-se entre as linhas o estímulo a atividades relacionadas ao turismo (Eco), aos jovens e mulheres como forma de criação de formas alternativas de renda para além do tradicional “chefe” de família.

Para uma análise detalhada dos recursos auferidos pelas diferentes instituições da região do Pontal do Paranapanema, efetuamos um levantamento junto ao Portal da Transparência sistematizado pela Controladoria Geral da União (CGU). Neste sistema são disponibilizados todos os recursos provenientes do governo federal que foram concedidos aos estados e municípios desde 01/01/1996 conforme a fonte (pasta ministerial), o valor do convênio firmado e a instituição proponente/receptora (prefeituras, associações, ONGs etc.).

Para averiguar os recursos alocados em cada um dos municípios da região, selecionamos o montante investido conforme o perfil do convênio caracteristicamente relacionado ao espaço rural, como por exemplo, o financiamento de projetos de produção agropecuária, a adequação de estradas rurais, o desenvolvimento de tecnologias alternativas de produção agroecológica, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas etc.

Subjacente a este critério estabelecido, evidenciamos que no período em foco, os recursos foram oriundos de três ministérios e de uma secretaria especial do governo federal, quais sejam: o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura (SEAP) que apesar de compartilhar a sua gestão com o MMA possui *status* ministerial sendo designada nos convênios como Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Conforme mencionado anteriormente, dezesseis municípios da região do Pontal do Paranapanema possuem assentamentos provenientes de projetos de Reforma Agrária. Analisando os dados, observa-se que são justamente para estes municípios que são direcionados o maior montante de recursos por meio de convênios firmados entre o governo federal e as instituições proponentes de projetos de desenvolvimento rural.

Dos recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário 93,0% foram destinados para os municípios que detêm assentamentos rurais, ao passo que somente 7,0% foram direcionados aos municípios que não contam com estes projetos de reforma agrária. Dentre os municípios com assentamentos se destacam Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio que respectivamente aquinhoaram 31,2% e 31,1% do montante total de recursos carreados ao Pontal do Paranapanema. Isso se deve ao elevado número projetos de assentamentos localizados nestes municípios (33 no primeiro e 20 no segundo). Grande parte dos proponentes dos projetos que originaram estes convênios foram instituições oriundas da organização da sociedade civil como associações, cooperativas e ONGs.

Quanto aos convênios firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a equação se inverte ligeiramente, haja vista que 57,0% do montante de recursos foram destinados aos municípios que não possuem projetos de assentamentos rurais e 43,0% para àqueles municípios. Grosso modo, as principais proponentes de projetos que originaram estes convênios são as prefeituras municipais que encaminham propostas para a constituição e/ou modernização de patrulhas agrícolas ou recuperação de estradas rurais².

No que se refere aos convênios estabelecidos com o Ministério da Pesca e Aquicultura o montante de recursos foi destinado aos municípios de Mirante do Paranapanema (62,8%) e Rancharia (37,2%). Neste caso trata-se de projetos experimentais para a produção de peixes em tanques-rede com o aproveitamento do potencial hídrico propiciado pelo represamento de afluentes do rio Paranapanema para geração de energia elétrica (Usinas Capivara e Taquaruçu ambas administradas na atualidade pela *Duke Energy International*).

Em Rancharia a proponente do convênio é a prefeitura municipal que implantou 40 tanques-rede em caráter experimental no distrito de Gardênia. Inicialmente a produção de tilápias deverá compor a dieta alimentar da merenda escolar municipal.

Em Mirante do Paranapanema a proponente do convênio é a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP) que

² Existem casos nos quais o repasse de recurso se deu por intervenção de deputados federais por meio do instrumento de emenda parlamentar, como o exemplo do montante repassado para o município de Presidente Prudente.

pretende capacitar os produtores rurais assentados para ampliar a geração de renda a partir do desenvolvimento da piscicultura em tanques-rede.

Finalmente, com relação ao convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente estabelecido em 2006 no município de Mirante do Paranapanema a proponente é também a ACAP a partir de um projeto de valorização da biodiversidade. O projeto envolveu 250 famílias de produtores assentados para o cultivo e produção de sementes crioulas de milho com o intuito de resgatar culturalmente técnicas abandonadas que permitiam uma maior autonomia dos produtores rurais perante as indústrias produtoras de insumos modernos.

A partir da análise dos dados referentes aos convênios firmados entre instituições dos municípios do Pontal do Paranapanema e os ministérios é possível efetuar algumas reflexões acerca das perspectivas de desenvolvimento rural regional e, por conseguinte da questão da organização social e política dos produtores rurais.

Constatamos que os municípios que tiveram a implantação de projetos de reforma agrária por meio de assentamentos rurais têm conseguido estabelecer um maior nível de articulação com as agências governamentais. Tal processo pode ser corroborado pelo êxito no estabelecimento de convênios para a implementação de diversos projetos de desenvolvimento rural.

Contudo, é importante frisar que esta maior participação na obtenção de recursos financeiros é resultado de um longo processo histórico de negociação e pressão diante das agências governamentais, articuladas pelos diferentes movimentos sociais que atuam na região desde o início da década de 1990.

Entretanto, houve num período recente uma fragmentação do MST na região. De um lado, há o grupo atrelado a José Rainha Jr. que por ter sido expulso do MST nacional, tem se articulado regionalmente a partir de duas instituições – a Faafop e AATS – por meio das quais tem firmado alguns convênios com o governo federal.

De outro lado, há o grupo vinculado ao MST nacional que controla e ainda vislumbra alavancar a Cocamp pelas possibilidades da conjuntura governamental atual. Contudo devido ao engessamento da estrutura da cooperativa por conta das investigações e ações civis do Ministério Público Federal, o MST tem se articulado na esfera produtiva a partir da Associação Regional de Cooperação Agrícola do

Pontal do Paranapanema (ACAP) e da Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal (COCAPAR).

Se analisarmos os dados do Portal da Transparência sistematizados pela Controladoria Geral da União, constataremos que estes dois grupos principais – MST Nacional e MST do Pontal – têm tido êxito em projetos diversos, conforme podemos verificar nos dados da Tabela 02.

Note-se que esses dois grupos obtiveram recursos financeiros na ordem de 5 milhões de reais. Embora o grupo do MST do Pontal, liderado por um expoente dissidente do MST nacional tenha firmado apenas três convênios com o governo federal, o montante é bastante significativo, principalmente por conta do projeto de produção de mamona que esteve atrelado ao Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel.

Por sua vez, o grupo do MST Nacional possui uma quantidade maior de convênios firmados, mas com valores individuais menores e uma pauta diversificada de projetos que inclui desde projetos agropecuários alternativos até o desenvolvimento da piscicultura.

Tabela 02: Convênios firmados com o Governo Federal (em R\$)

MST Nacional		MST do Pontal	
COCAMP	12.600,00	FAAFOP	1.373.598,25
COCAMP	27.900,00	AATS	2.300.995,00
COCAMP	25.000,00	AATS	182.000,00
COCAPAR	61.702,00	-	-
COCAPAR	67.156,00	-	-
COCAPAR	76.500,00	-	-
COCAPAR	29.000,00	-	-
APAV	20.000,00	-	-
APAV	19.000,00	-	-
ACAP	307.471,33	-	-
ACAP	21.900,00	-	-
ACAP	15.698,00	-	-
ACAP	217.846,28	-	-
ACAP	38.000,00	-	-
ACAP	341.907,30	-	-
ACAP	10.000,00	-	-
ACAP	120.000,00	-	-
ACAP	22.000,00	-	-
ACAP	250.000,00	-	-
Total	1.683.680,91		3.856.593,25

Fonte: CGU- Portal da Transparência, 2010.

Assim, embora as ações dos movimentos sociais sejam permeadas por conflitualidade e disputas, de forma direta ou indireta o grupo de produtores rurais assentados tem conseguido se colocar ativamente na discussão acerca dos projetos de desenvolvimento rural no Pontal. Isso pode ser evidenciado na posição autônoma a qual eles têm se colocado nos debates do colegiado territorial responsável pelas ações do *Território da Cidadania* e pela própria captação de recursos provenientes do poder público. Sabemos dos limites da participação dos assentados efetivamente nas decisões, tendo em vista que, via de regra, são as lideranças que tomam decisões, muitas vezes unilateralmente. Mas o fato é que atualmente esses grupos possuem a capacidade de dialogar de forma autônoma com as agências de mediação governamental em todas as escalas de ação.

Por seu turno, os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra por compra ou herança têm encontrado dificuldades de se inserir de forma autônoma nos debates acerca do desenvolvimento rural regional. Sua participação no colegiado territorial tem sido a partir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que, via de regra, foram constituídos por lideranças políticas representantes dos interesses do poder público municipal.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas que vinha impulsionando a organização dos produtores rurais em associações no nível dos municípios encerrou a sua primeira fase e, por conseguinte tais entidades arrefeceram suas ações. A FAMHESP como instituição articuladora das associações em nível estadual também perdeu força com a conclusão da primeira fase do PEMH. Em novembro de 2009 foi eleita a nova diretoria da federação que até então era presidida por um produtor rural do município de Rancharia na região do Pontal. A expectativa é que o novo presidente, o produtor rural João Fidelis do município de Avaré possa expandir a atuação da entidade com a implementação da Fase 2 do PEMH que agora dará ênfase à inserção da produção no mercado.

O que se depreende da análise das organizações de produtores rurais e assentados é que suas articulações têm se dado de forma mais ou menos intensa pela possibilidade de participar de benefícios propiciados por programas e políticas de desenvolvimento empreendidas pelo Estado.

Assim, torna-se relevante reiterar a presença do Estado como agente impulsionador do desenvolvimento. Por seu turno, cabe à sociedade, no caso específico dos produtores e do desenvolvimento rural ter a capacidade autônoma de

exercer o controle sobre às decisões desta instituição, que como sabemos na sociedade capitalista não é passível de neutralidade e sim controlado por grupos hegemônicos de poder na cidade e no campo.

Considerações finais

Acreditamos que a superação da fragmentação existente no espaço rural brasileiro está inegavelmente associada à capacidade de construção de uma identidade coletiva da produção familiar. Para isso, a prática associativa pode vir a ser esse elemento de coesão do grupo, o que até o presente momento não foi construído pelo formato induzido pelo qual a participação tem sido instigada pelo aparelho estatal.

Cabe aos produtores familiares construir novos formatos de participação que permitam a sua atuação enquanto um segmento da sociedade civil organizada que tenha a capacidade de influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os movimentos sociais – principalmente o MST – reuniram estratégias extraordinárias de luta pela terra que têm alcançado avanços inegáveis na questão agrária.

Contudo, a luta na terra, tem se constituído ainda no principal desafio a ser superado, uma vez que no momento em que a terra é conquistada o movimento perde grande parte da influência sobre esses “novos” agricultores. Os pequenos proprietários pela ausência de um processo de socialização política encontram dificuldades de mobilização e, via de regra, ficam submetidos aos ditames da classe patronal rural.

Eis o desafio que nos afligiu no desenrolar desta pesquisa: criar as condições para que a *luta na terra* se consolide tão quanto à *luta pela terra*. Infelizmente, o modelo de associativismo vigente não tem sido suficiente para a concretização deste processo. Um modelo de associativismo autônomo ainda está por ser construído.

Referências

- FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. *GEOUSP – Revista de pós graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997b, p. 35-9.
- LISBOA, Jose Bispo de. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). **In:** MENEZES, A.V.C. & PINTO, J.E.S. de S. *Linhas Geográficas*. Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.
- OLIVEIRA, Adriano R. O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2010.
- ORTEGA, Antonio César. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.
- SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Índice Paulista de Responsabilidade Social. Síntese das Regiões Administrativas*. São Paulo: Assembléia Legislativa/Fundação SEADE, 2006.